

ACTA N.º 35/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.11.08

1 -----Aos oito dias do mês de Novembro do ano de Dois Mil e Dez, nesta vila
2 de Bombarral e sala de reuniões do edifício dos Paços do Município, realizou-
3 se uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a pre-
4 sença do Senhor Presidente da Câmara José Manuel Gonçalves Vieira, da
5 Senhora vice-presidente Joana Isabel Pina Patuleia Figueiras, e dos senhores
6 vereadores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins, Nuno Manuel Mota
7 Silva, Maria Arminda Oliveira Sousa, Lúcia Maria Silva Poseiro e José Victor
8 Ribeiro da Silva. -----

9 -----Secretariou a reunião a coordenadora técnica Célia Maria Lopes Epifâ-
10 nio Oliveira Pereira-----

11 -----Pelas 15:30 horas foi a reunião declarada aberta pelo Senhor Presiden-
12 te da Câmara. -----

ORDEM DO DIA

13
14 **1445 VISITA À OBRA DO LARGO DO CINTRÃO:** Foi efectuado visita ao local pelo
15 Executivo;-----

16 **1446 DESLOCAÇÃO À DELGADA PARA ANÁLISE DO ESTUDO PRÉVIO DA**
17 **REQUALIFICAÇÃO URBANA DO LARGO DO POÇO DO POVO:** Após deslo-
18 cação ao local, na presença da sra. Presidente da Junta de Freguesia da Roli-
19 ça, e perante a actual contingência económica do concelho, mas sem descurar
20 a política de requalificação urbanística que tem sido a égide da intervenção
21 municipal nos anos transactos, a câmara municipal do Bombarral deliberou
22 reformular a área de intervenção da requalificação urbanística do largo do poço
23 do povo, limitando-a tão só ao largo que lhe dá o nome. Esta intervenção pos-
24 suirá, com as devidas adaptações de escala, todas as valências previstas no
25 caderno de encargos do projecto de execução, adjudicado ao senhor arq. Rui
26 Miguel Almeida Pontes da Costa, quer ao nível do desenho urbano quer no que
27 concerne às infra-estruturas municipais e concessionadas. mais delibera
28 comunicar ao adjudicatário a decisão tomada, de molde a que possa apresen-
29 tar proposta de menor valia do projecto face ao preço adjudicado, nos termos
30 do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

31 **1447 APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DE PROPOSTA DE MODELO DA ESTRU-**
32 **TURA ORGANIZACIONAL PARA O MUNICIPIO DO BOMBARRAL:**-----

33 O Senhor Presidente da Câmara apresentou em linhas gerais a Proposta de
34 apresentação do espelho orgânico da Estrutura organizacional, passando a
35 palavra à senhora Vice-presidente Joana Patuleia; -----

36 A SENHORA VICE PRESIDENTE JOANA PATULEIA, disse que este modelo
37 da Estrutura organizacional é no âmbito do Decreto lei n º 305/2009, que esta-
38 becece um novo enquadramento jurídico da organização dos serviços da Autar-
39 quias Locais, em que no seu Artigo 19 estabelece que os municípios devem
40 promover a reorganização dos seus serviços até 31 Dezembro de 2010.Referiu
41 ainda que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipi-

ACTA N.º 35/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.11.08

42 pal, a aprovação do modelo estrutura orgânica e da estrutura nuclear, definindo
43 as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como o número máxi-
44 mo de unidades orgânicas flexíveis, subunidades orgânicas, equipas multidis-
45 ciplinares e equipas de projecto. O Município de Bombarral tem como uma das
46 suas prioridades estratégicas a promoção da modernização da administração
47 municipal, de modo a que possa contribuir para uma ainda mais eficaz e efi-
48 ciente governação autárquica e satisfação dos cidadãos. Uma estrutura e
49 organização interna mais modernas e eficazes, contribuirão também para uma
50 administração municipal mais flexível e racional, promovendo a melhoria das
51 condições de exercício da missão e das atribuições do Município. Assim a
52 organização interna dos serviços municipais obedece ao modelo de estrutura
53 hierarquizada, prevista no N.º 1 alínea a) do artigo 9 do D.L N.º 305/2009 de 23
54 Outubro. O número máximo de unidades orgânicas flexíveis é fixado em seis
55 das subunidades orgânicas em trinta e cinco e o número máximo de equipas
56 de projecto é fixado em três. Na elaboração desta Proposta de Modelo da
57 Estrutura Organizacional houve a preocupação das condições financeiras que
58 a Câmara Municipal atravessa.-----
59 O SENHOR VEREADOR JOSÉ VICTOR: Mais uma vez os vereadores do PS
60 não puderam contribuir para um documento estruturante da autarquia. O espíri-
61 to autista da maioria aliado ao receio de protagonismo levam mais uma vez a
62 relegar a importância dos vereadores do PS na gestão desta autarquia. A pro-
63 posta apresentada carece de fundamentação e a sua apresentação é basicamente
64 motivada pela obrigatoriedade legal. Preocupa-os mais uma vez o deficit
65 da informação e a possibilidade da criação de mais lugares na estrutura orgâ-
66 nica com a consequência de aumentar a despesa corrente, não havendo qual-
67 quer vantagem no binómio custo / benefício.-----
68 A documentação entregue para aprovação não tem qualquer fundamentação.
69 Questionou a Vice Presidente sobre que motivo é uma Estrutura Hierarquizada
70 .A senhora Vice-presidente respondeu que existe uma empresa a prestar
71 assessoria nessa matéria. O Senhor Vereador informou que estão disponíveis
72 para aprovar o documento se houver uma fundamentação para o mesmo. A
73 senhora Vice-presidente tornou a prestar informação anteriormente dada sobre
74 este assunto.-----
75 O SENHOR VEREADOR JOSÉ VICTOR: A Senhora Vice Presidente disse que
76 das reuniões que houve estiveram presentes os senhores Chefes de Divisão e
77 que existiu um trabalho diagnóstico que foi feito pela empresa INOVA e que
78 nem sequer foi discutido nem apresentado aos Vereadores do Partido Socialis-
79 ta, isto tudo porque como têm a maioria pensam que podem apresentar tudo,
80 porque tem sempre tudo aprovado. Este diagnóstico devia passar a um relató-
81 rio para que nós soubéssemos o que se estava a tratar, pois nós também
82 fomos eleitos, seria lógico apresentarem-nos o relatório. Não fizeram, o que

ACTA N.º 35/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.11.08

83 lamentamos. Lamentamos também que esteja uma empresa a trabalhar e ain-
84 da não tenha sido aprovado pela Câmara. Questionou qual é o nome da
85 empresa e quando foi contratada.-----
86 A SENHORA VICE PRESIDENTE JOANA PATULEIA: Informou que a Empre-
87 sa é a INOVA e posteriormente indica a data em que foi contratada.-----
88 O SENHOR VEREADOR JOSÉ VICTOR: Solicitou a cópia da requisição do
89 serviço bem como a factura.-----
90 O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Esta situação foi dirigida de uma
91 forma democrática e não como o Senhor Vereador José Victor afirma. Manda-
92 mos toda a documentação que achamos ser importante para que os Senhores
93 Vereadores analisassem. A empresa INOVA ajudou-nos a fazer todo o enqua-
94 dramento.-----
95 O SENHOR VEREADOR JORGE GABRIEL: Relativamente aos documentos
96 que o Senhor Presidente falou, apenas nos foi entregue este, e um esboço do
97 organigrama, que a Senhora Vice-presidente nos fez chegar. A única vez que
98 fomos confrontados com este assunto, foi hoje. Agora foi-nos dito que tiveram
99 apoios de uma empresa, e que chegaram a estas conclusões, mas não existe
100 qualquer documento escrito de onde se possa retirar que a proposta apresen-
101 tada corresponde, como diz a senhora vice-presidente da Câmara, às actuais
102 necessidades, inexistindo por isso qualquer fundamentação. Esta Proposta ofe-
103 rece-nos dúvidas, pois não temos relatórios ou actas das reuniões que dizem
104 ter tido lugar. Questionou se só os Chefes de Divisão e Coordenadores Técni-
105 cos é que são responsáveis, pena que os Vereadores deviam ter sido convo-
106 cados para análise da estrutura para podermos dar o nosso contributo. O esta-
107 tuto de direito da oposição confere o dever de consulta prévia, impondo-se a
108 mesma também do ponto vista ético. Não há condições de votar esta Proposta
109 por falta de fundamentação, propõem que o documento seja retirado e apre-
110 sentado mais tarde o que evitaria terem de votar contra e lhes daria oportuni-
111 dade de se pronunciarem sobre o mesmo.-----
112 O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Foi explicada pela Senhora Vice
113 Presidente a razão pela qual optámos pela criação de gabinetes em vez de
114 divisões, houve um esforço enorme do grupo de trabalho para adequar as
115 opções tomadas às reais necessidades do Município. Trata-se de um docu-
116 mento que será presente em sessão da Assembleia Municipal e como tal vou
117 colocá-lo a votação, na expectativa de merecer a aprovação dos senhores
118 Vereadores para que a Câmara Municipal consiga reforçar-se e trilhar o cami-
119 nho que lhe permita sair de uma situação que criada por um acumular de casos
120 ao longo de vários anos -----
121 O SENHOR VEREADOR JORGE GABRIEL: Percebe perfeitamente a intenção
122 do senhor Presidente mas estando a fixar-se o número máximo de seis unida-
123 des orgânicas flexíveis , a pergunta que se impõe é como é que chegaram a

ACTA N.º 35/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.11.08

124 esta conclusão. Onde está o diagnóstico e análise que permitiu chegar a este
125 resultado.-----
126 A SENHORA VEREADORA MARIA ARMINDA: Questionou se existe algum
127 diagnóstico, relatório, sobre esta matéria, Se sim agradece a entrega do mes-
128 mo.-----
129 A SENHORA VICE PRESIDENTE JOANA PATULEIA: Entendeu por bem que
130 este documento fosse suficiente, entregando na próxima Reunião de Câmara o
131 relatório solicitado pela Senhora Vereadora Maria Arminda.-----O
132 O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Colocou a Proposta à votação, tendo
133 sido deliberado por maioria com os votos contra dos Senhores vereadores do
134 Partido Socialista, e os votos a favor dos eleitos do PSD, aprovar a proposta de
135 Modelo da Estrutura Organizacional para o Município do Bombarral e remetê-la
136 à Assembleia Municipal.-----
137 DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SENHORES VEREADORES DO PS: Votamos
138 contra a esta proposta que nos foi apresentada, uma vez que subjacente a ela
139 não nos foi entregue qualquer trabalho diagnóstico ou parecer com base no
140 qual a proposta agora apresentada se tenha fundamentado. Consequentemen-
141 te consideramos que esta proposta não deveria ter sido presente a deliberação
142 uma vez que não se encontra devidamente fundamentada. Para além disso
143 não foram os Vereadores do Partido Socialista consultados previamente quanto
144 ao modelo de estrutura organizacional subjacente à proposta apresentada des-
145 conhecendo por isso os mesmos qualquer trabalho anteriormente realizado que
146 os permitisse elucidar acerca da presente solução.-----
147 **1448 DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**
148 **SOBRE O CANCELAMENTO DE TODAS AS ACTIVIDADES NO ESTÁDIO**
149 **MUNICIPAL EM DIAS FERIADOS, COM EXCEPÇÃO DAS COMPETIÇÕES**
150 **OFICIAIS: -----**
151 O Senhor Presidente da Câmara apresentou uma Proposta sobre o funciona-
152 mento do Estádio Municipal em dias feriados, abrindo apenas a excepção para
153 a realização de competições oficiais. Depois de analisado o documento foi pos-
154 to á votação, aprovado por unanimidade e em minuta;-----
155 **1449 CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR – PROJECTO DE ARQUITEC-**
156 **TURA – ALTERAÇÃO À CONDIÇÃO DETERMINADA PELA CÂMARA MUNI-**
157 **CIPAL:** Apreciado o processo n.º 55/08/01, iniciado a requerimento apresenta-
158 do pelo senhor Mário Carlos Andrade Pinto Gomes, datado de 2010.10.07, com
159 a alteração à condição de determinada pela câmara municipal no projecto de
160 arquitectura de construção de moradia unifamiliar sita no Casal da Pedra, lugar
161 do Barrocalvo, freguesia de Carvalhal, - Processo retirado da reunião;-----
162 **1450 CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR- PROJECTO DE ARQUITEC-**
163 **TURA:** Apreciado o processo n.º 26/10/01 iniciado a requerimento apresentado
164 pela senhora D. Isaura da Conceição Gil, datado de 2010.05/05, foi deliberado

ACTA N.º 35/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.11.08

165 por unanimidade reprovou o projecto de arquitectura para construção de mora-
166 dia unifamiliar sita na Rua do Moinho, lugar do Camarão, freguesia de Bombar-
167 ral, com fundamento ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 24 do DL n.º 555/99,
168 de 16.12 com a redacção que lhe foi conferida pelo DL N.º 26/2010, de 30.03
169 designadamente por contrariar a superfície mínima de construção prevista no
170 art.º do RPDM de 40.000m² (o prédio auferiu somente 6560m²).-----

171 **1451 CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E MURO – PROJECTO DE**
172 **ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 72/10/01, iniciado a requerimento
173 apresentado pelo senhor Luis dos Santos Ferreira Frade, datado de
174 2010.010.04, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura
175 para construção de moradia unifamiliar e muro sitos na estrada de cima limite
176 do Salgueiro, freguesia de Carvalhal, condicionado: Execução de fossa séptica
177 ligada à rede predial de esgotos residuais domésticos, com descarga no solo
178 previamente licenciada na ARH do Tejo; Execução em obra de diferenças de
179 soleira máxima de 0,02m entre o interior e o exterior incluindo, para além da
180 parte de entrada as varandas e telheiros; Estudo paisagístico de enquadramen-
181 to, sem prejuízo do cumprimento do DL n.º124/2006, de 28.06.-----

182 -----
183 -----Pelas 19H00 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta,
184 que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos ter-
185 mos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presi-
186 dente do órgão e pela funcionária Municipal que a lavrou. -----

187
188 O Presidente da Câmara

189
190 A Funcionária

191